

MASSACRE DE ÍNDIOS ENVERGONHA O BRASIL

CEDI - P. I. B.  
DATA 15/09/88  
COD. J1D.00167

No dia 28 de março último, em operação planejada e de extrema brutalidade, 14 índios Tikuna foram assassinados e outros 21 ficaram feridos, sem distinção de idade e sexo. O massacre deu-se na Área Indígena São Leopoldo, no Alto Rio Solimões, município de Benjamin Constant, no Amazonas, e por sua crueldade foi noticiada pelos principais meios de comunicação do País. As investigações feitas até o momento indicam o grileiro Oscar Castelo Branco como principal responsável pelo massacre. Foi a pior matança de índios ocorrida nos últimos anos no País, só comparável ao Massacre do Paralelo 11, quando, em 1963, no Mato Grosso, 15 Cinta Larga foram mortos a mando de dois seringalistas.

E no dia seguinte, o cadáver do Pataxó Hã Hã Hãe Djalma Lima, foi encontrado nos limites da Área Indígena São Lucas, no município de Pau-Brasil, sul da Bahia, com uma propriedade do fazendeiro Pedro Leite. Ele havia desaparecido no dia 21 de março, após enfrentamento com prepostos do fazendeiro. Djalma, segundo os índios que acompanhavam a polícia nas diligências, teve arrancados o couro cabeludo e as unhas, além dos órgãos genitais cortados, antes de ser morto.

Ambos os fatos têm por pano de fundo a já trágica luta dos índios por sua terra. Os índios Tikuna, há muitos anos, vêm reivindicando ao governo a demarcação de suas terras, como garantia contra as contínuas invasões que se fazem em suas terras. Contudo, até o momento, conseguiram apenas a demarcação de 10% da terra a que têm direito, segundo as leis brasileiras. Os demais 90% encontram-se na dependência de decisão da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. A relutância governamental em reconhecer os direitos legais dos Tikuna incentiva não só a invasão das áreas não-demarcadas, mas inclusive das já demarcadas, gerando e mantendo um clima de tensão que se tornou permanente na região. O impedimento, pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, de dar prosseguimento a processos de demarcação, à revelia das leis, tem como objetivo principal forçar os índios a aceitarem a redução dos territórios que lhes cabem legalmente, e a admitirem, ao invés da demarcação de áreas indígenas, o estabelecimento de Colônias Indígenas, figura inconstitucionalmente criada pelo Decreto nº 94.946/87.

Por seu lado, os índios Pataxó Hã Hã Hãe sofrem a violência que colheu a vida de Djalma no exato momento em que formularam uma proposta de acordo que poria termo ao conflito sobre suas terras, que se agrava desde abril de 1982. Para os fazendeiros empenhados em consumir, definitivamente, o esbulho das terras indígenas, importa pulverizar a organização dos Pataxó, que após superarem inúmeras tentati-

vas de divisão feitas pelo Governo e pelos próprios fazendeiros, lutam por manter sua coesão interna em torno de uma proposta para a solução do conflito. Também neste caso, a demora dos órgãos governamentais na implantação da alternativa formulada pelos índios, tem incentivado frequentes violências contra os Pataxó Hã Hã Hãe. Djalma foi o sétimo membro daquele povo assassinado nos últimos anos.

Ambos os casos denunciam o efeito catastrófico e desmoralizante da política governamental em relação aos direitos indígenas.

Ao invés de estar empenhado em respeitar, e fazer respeitar, os direitos legais dos índios no País, o governo é o primeiro a desrespeitá-los. Na Amazônia implanta-se o Projeto Calha Norte com o pretexto de, entre outras coisas, liberar recursos para a demarcação das terras indígenas e garantir estruturas que permitiriam a adequada proteção às comunidades indígenas da região. O massacre dos Tikuna revela que o pretexto não passou de engodo: o Projeto Calha Norte está em franca implementação e, no entanto, as terras indígenas já demarcadas continuam invadidas, e aquelas consideradas extensas pelo Governo, permanecem sem providência alguma. Os casos mais dramáticos e vergonhosos para o Brasil são o dos Yanomami e o dos próprios Tikuna.

No caso dos Pataxó Hã Hã Hãe, nenhuma iniciativa de solução concreta tem partido dos órgãos federais. Pelo contrário, a resistência dos Pataxó é paralela a uma sequência de medidas desastradas e inconsequentes, autoritariamente impostas pelo governo.

Neste panorama geral de desrespeito aberto e acintoso a direitos consignados em lei, patrocinado pelo governo, cria-se uma sensação de impunidade generalizada que encoraja todo tipo de hostilidades e violências contra os índios.

Nada justifica, em hipótese alguma, a chacina. Sabemos, contudo, que o madeireiro Oscar Castelo Branco aproveitou-se da situação de desespero dos posseiros removidos, usando-os para seus objetivos. As violências contra os Tikuna são também fruto do protelamento criminoso de uma reforma agrária que possibilite aos posseiros assentamento em condições dignas. - protelamento que favorece o envolvimento desses posseiros em conflitos que beneficiam interesses políticos e econômicos das classes dominantes. Usa-se, enfim, descaradamente, de uma estratégia tão antiga quanto imoral, jogando fracos contra fracos, para que deste enfrentamento sobre sempre butim maior para os grandes grupos econômicos.

Para tudo, porém, deve haver limite. Os últimos anos, coincidentes com o atual governo, apresentam o maior índice de violência contra as populações indígenas, na história recente do País. O preço em sangue indígena dessas violências é evidência clara de que a política indigenista governamental é a causa decisiva desses episódios.

Sua imediata revisão impõe-se por questão de honra.

O primeiro passo, contudo, é a completa investigação dos fatos, com apuração, inclusive sobre a ocorrência de delito de genocídio, e punição exemplar dos responsáveis. Exige-se, portanto, dos órgãos do Executivo, Judiciário e Legislativo, na esfera das respectivas competências, que tomem todas as providências cabíveis para que o massacre dos Tikuna e o assassinato de Djalma Lima não manchem, permanentemente, a honra dos brasileiros deste tempo.

São os fatos, e não a sua divulgação, que comprometem a imagem do País; a única forma de a reestabelecer é a decidida punição de seus autores, diretos e indiretos.

Neste sentido, o CIMI e a CPT repudiam as afirmações que postos governamentais vêm divulgando, levianamente, no sentido de responsabilizá-los pelos episódios. O trabalho pastoral realizado pelas entidades signatárias inclui a informação permanente, a índios e posseiros, dos direitos a que fazem jus, e o incentivo à sua organização na luta pelo respeito a esses direitos. Tal atividade, de forma alguma, confunde-se com incitamento. Confusão, todavia, é o que buscam os autores dessas acusações, que procuram assim desviar as atenções da quota de responsabilidade que, sem dúvida, lhes cabe, como executores da política governamental. Buscam, também, difamar o trabalho de todos os que se comprometem na luta pelos direitos de índios e posseiros, alimentando dúvidas inconsistentes, para assim justificar a constante repressão que se faz ao trabalho destes, testemunhas incômodas que são do descaso e da conivência governamental.

Os brasileiros envergonham-se diante dessas violências. Espera-se que a nível governamental haja suficiente honradez para responder, à altura, aos anseios do povo por justiça.

Brasília/Goiânia, 05 de abril de 1988

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CIMI - Conselho Indigenista Missionário